



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 040/89

DATA: 15 de agosto de 1989

SÚMULA: Regulamenta o pagamento de pensão às viúvas de ex-Deputados Estaduais, de acordo com as normas legais vigentes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Para efeitos de cálculos das pensões, pagas às viúvas de ex-Deputados Estaduais, deste Poder, de que tratam as Leis nº 4.763, de 05 de novembro de 1963 e 5.463, de 22 de novembro de 1963, levar-se-á em conta a legislação do salário mínimo, sempre atualizada de acordo com as normas vigentes.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de junho de 1989, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro, em 15.08.89

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

3ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1.989.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhores Deputados Werner Wanderer e Raul Lopes.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulino José

Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Milton Barbosa (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ATA da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 194/89, que autoriza a criação do Instituto do Coração do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.08.89
(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 174/89, que objetiva nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 8947, de 05 de abril de 1989.

Sala das Sessões, em 15.08.89
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 023/89, que retifica a Lei nº 8.674, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.08.89
(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 1602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Resolução n° 38/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 1603

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão do Projeto de Lei n° 256/87 na Ordem do Dia e a dispensa dos pareceres das Comissões de Recursos Humanos e Segurança tendo em vista que o referido Projeto de Lei encontra-se em Regime de Urgência e com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Casa.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para a Projeto de Resolução n° 38/89, pelo fato de o mesmo não ter sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 1605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário votos de congratulações, pela inauguração da Sucursal do "JORNAL TRIBUNA DA CIDADE", no Município de Ivaiporã, ocorrida em 12.08.89.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à: NILSON ALVES RIBEIRO, Diretor do Jornal Tribuna da Cidade, Rua Gastão Vidigal, 760, 86.800, Apucarana - Pr.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de cum-

primentos aos atletas paranaenses ANA BERTHIER e RODRIGO VIANNA, por terem conquistado medalhas de ouro nos Jogos Mundiais de Stocke Mandeville, na Inglaterra, no final do mês de julho do corrente ano, na modalidade de natação.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba pelo transcurso do 60° aniversário de fundação do trabalho na Capital paranaense comemorada de 8 a 13 de agosto de 1989.

Contando com a valiosíssima atuação do presidente Pastor José Pimentel de Carvalho, a notável obra tem cumprido com brilhantismo com a sua missão de evangelizar, tanto na grande Curitiba e nos Municípios vizinhos e até com missionários em outras terras, como em Minas Gerais, Argentina, Bolívia e Estados Unidos.

Requer, ainda, aprovado este requerimento dê-se ciência à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1620

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso das suas prerrogativas, a formulação e inserção na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo de votos de congratulações pela passagem do Dia Nacional das Misericórdias, à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Paraná.

O dia nacional das misericórdias, 15 de agosto, é alusivo às ações misericordiosas desenvolvidas, despretensiosamente, por seres caridosos que, informados com a atemorizante realidade social do nosso País, emprestam seus esforços pela causa do mais carente.

É essa a realidade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, mantida quase que exclusivamente por voluntários dotados do mais elevado espírito de solidariedade e fraternidade.

O momento, além de próprio para prestar-se justa e merecida homenagem a todas as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Paraná, é conveniente para alertarmos para as dificuldades pelas quais passam essas entidades, em virtude da desatenção da administração do sistema previdenciário do País, com os pagamentos sempre atrasa-

dos e defasados pela prestação dos serviços por parte dos hospitais filantrópicos.

Apesar disso, vêm esses hospitais prestando um serviço essencial à população do nosso Estado, reconhecidamente, de ótimo nível e qualidade.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

EMENDA N° 1621

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de votos de congratulações pela passagem do Dia do Advogado.

Comemorou-se, no dia 11 de agosto, a data da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, ocorrida em 1827.

Cumprimentamos os Senhores Juizes de direito, promotores de justiça, advogados, delegados de polícia, assessores jurídicos, os bacharéis, enfim, pelo alto significado do histórico e relevante acontecimento.

Mas, aos estudantes de direito, principalmente, é que desejamos trazer a nossa mensagem e as nossas felicitações.

Lembrar que, dos estudantes que cursavam na Europa, partiu um movimento que culminou por sensibilizar os parlamentares e o Imperador Pedro I para implantação no Brasil de duas primeiras faculdades de direito: a de São Paulo e a de Olinda.

Ressaltar que, desde então, todas as grandes conquistas da sociedade brasileira tiveram na sua vanguarda os estudantes de direito: a luta dos liberais contra os absolutistas, a abolição da escravatura; a República e o Federalismo; a demarcação das fronteiras do país, a Companhia Civilista; a participação da Guerra contra o Nazismo e o Facismo; a criação da PETROBRAS e a corajosa resistência à derrubada do Governo constitucional de João Goulart.

Lamentar, todavia, o afastamento que se constata, hoje, dos estudantes, em geral, e dos estudantes de direito, em particular, da política e do debate em torno dos grandes problemas sociais e econômicos que afligem nosso povo. E, diante de tal constatação: pedir para que não faltem ao compromisso que têm com a história. Apelar para que venham aos partidos políticos, exercer a democracia, afirmar a credibilidade dos homens públicos e ocupar novamente os lugares de maior destaque na vida pública que, outrora, pertenciam aos bacharéis.

Suplicar para que voltem às ruas e praças como advogados da causa maior do povo, como sempre foram dos humildes, dos desamparados, dos sofridos e dos injustiçados.

Rogar, finalmente, para que estejam ao lado do povo, quase em total desgraça, descrença e desesperança, a fim de que possamos vencer a mais grave de todas as crises que se abate sobre o Brasil e encontrar o caminho da solidariedade, do amor, da estabilidade econômica e da justiça social.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, à União Paranaense de Estudantes (UPE) e aos Diretórios Acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Faculdade de Direito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja desentranhado do Projeto de Lei n. 149/86, Ofício n. 124/89, datado de 16 de maio de 1989, enviado pelo Juízo Eleitoral da 132ª Zona, que encaminha cópia da Ata final de apuração do plebiscito realizado no Distrito Administrativo de Godoy Moreira, a fim de que o referido ofício, instrua o Projeto de Lei n. 174/89.

Requer, outrossim, que após procedido o feito, seja arquivado o Projeto de Lei n. 149/86, de sua própria autoria, dado o desaparecimento de seu objeto.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) ARIAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador de Goiás e ao Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás -, solicitando dos mesmos, aprovação de Moção Honrosa pelo ato de bravura em se apresentar como voluntário, na qualidade de piloto do avião que transportaria os seqüestradores das jornalistas: Mônica Calasso e Solange Franco e do motorista Cícero Tavares, ao Senhor Aniceto Oliveira Costa, Prefeito de Pontalina e ao Co-piloto Seregatti, que após libertado os reféns, pilotaram o avião até o Paraguai.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A questão de Segurança em nosso País, tem se mostrado impotente quando se defronta com marginais de alta periculosidade, principalmente em casos de seqüestros. Nos Estados do Paraná e São Paulo, fo-

ram constituídos "grupos de elite", especialmente treinados para combater tais crimes.

Nem sempre quando é sucedido de reféns, aparecem pessoas que se apresentam como voluntários no lugar das vítimas como, crianças, senhoras mães, idosos, como foi o caso das jornalistas acima mencionadas, que foram trocadas pelo menino Saíd Angel Filho, de 9 anos, aparecendo neste momento o Prefeito de Petrópolis e o co-piloto Seregatti.

REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Senhores: Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, José Reinaldo Tavares, Digníssimo Ministro dos Transportes e Octávio Júlio Moreira Lima, Digníssimo Ministro da Aeronáutica, solicitando a liberação de recursos para o Aeroporto de Campo Mourão, visando o isolamento da pista de pouso e decolagem, aquisição de rádio e a construção de nova estação para passageiros.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A atual estação de passageiros de Campo Mourão, foi construída há 40 anos, não oferecendo, hoje, condições de uso. Hoje, Campo Mourão já consta como ponto de referência para pilotos, com número diário de decolagens, servindo de base a táxis aéreos, aviões agrícolas, aeroclubes e aeronaves particulares, isso devido a sua posição geográfica privilegiada que atende à vasta região.

O aeroporto de Campo Mourão, hoje, conta com uma pista pavimentada de 1.400 mts. de extensão, balizamento noturno e serviço de abastecimento. Devemos também considerar que a TAM, já instalou um escritório de vendas de passagens na Cidade, para futuramente atender vôos regulares da empresa.

REQUERIMENTO N° 1607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no que suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências, para que seja incluído no Plano Rodoviário, a construção da malha asfáltica no percurso da Sede do Município de Coronel Vivida até o Distrito de Honório Serpa, passando pela localidade de Abundância.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma via vicinal, dentro do Município de Coronel Vivida, que é sabido por todos, carência de recursos próprios para custear obras, que não sejam de apenas pavimentação, os produtores que esperam pelo benefício para escoamento de suas produções, evocam o espírito do homem público do Senhor Secretário de Estado dos Transportes e do Senhor Governador do Estado, que sempre têm procurado zelar pela tranquilidade de seus cidadãos, proporcionando-lhes os meios.

REQUERIMENTO N° 1610

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual pelo PDT, que este subscreve, REQUER urgentemente à Secretaria de Estado dos Transportes que repasse sua ação na remodelação da estrada Curitiba-Piraquara, PR-415 passando por Pinhais, com conexões para Quatro Barras e BR-277, prestando maior atenção na sinalização das margens, dos canteiros centrais, e dos acidentes geográficos e cruzamentos, por se tratar de rodovia de grande movimento, estatisticamente perigosa - com grande ocorrência de acidentes fatais -, sobretudo, na região sujeita à cerração densa dos vales dos rios Atuba, Iraí, Piraquara, e da própria Serra do Mar, de encostas dali vizinhas.

A sinalização existente é insuficiente. O canteiro central desaparece na cerração, sendo frequentes os carros que batem a roda no meio-fio e passam para a outra pista, impondo-se a necessidade de pintá-lo com tinta rodoviária fosforescente.

Há também necessidade da colocação de "olhos de gato" nas duas margens da rodovia, para sinalizar, sobretudo, o fim da pista, e a faixa de acostamento usada por numerosos ciclistas e pedestres, - principalmente nas áreas densamente povoadas do Tarumã, de Pinhais, da Vila Maria Antonieta, do Carrefour, e do Jardim Primavera -.

Há também que se sinalizar melhor, as pistas de acomodação, com os "dentes", criados para permitir as conversões rumo às vias transversais e aos retornos.

Frequentemente, motoristas desavisados não vêem estes estreitamentos e ou alargamentos da pista e se desgovernam.

Também os rios, com os guarda-corpos das pontes, são mal sinalizados.

Sem falar que inexistem as placas indicativas de direções nas encruzilhadas.

Há ainda que se refazer a sinalização de circulação com as faixas duplas e contínuas e as pontilhadas, no meio da pista - no trecho de pista única -, e nas laterais em toda a extensão.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 1615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso Nacional, solicitando revisão da Lei n. 7.801, sancionada pelo Presidente José Sarney, em 11 de julho último, que trata dos reajustes de aluguéis, tendo em vista a incoerência da correção a cada quatro meses, além dos reajustes vinculados ao valor da BTN do mês do contrato.

Sala das Sessões em 15.08.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7.801, sancionada em 11.07.89, vincula o reajuste dos aluguéis com variação BTN, a cada quatro meses. Tal medida, arbitrária e incoerente, prejudica uma vez mais, a população de cerca de 1.000 inquilinos, somente no Estado do Paraná, além de outras milhares em todo o país. O trabalhador brasileiro, novamente, vê-se prejudicado com esta medida, tendo em vista que o seu salário não é corrigido de acordo com a variação real da inflação, pois a política salarial estabelecida pelo Governo não condiz com a realidade da massa assalariada.

Diante de tal situação, a previsão é de que os inquilinos abandonarão seus imóveis à procura de outros mais baratos, o que significa que provavelmente, procurarão moradias cada vez mais afastadas do perímetro urbano, dificultando inclusive, seu acesso ao trabalho. Foi dessa forma, em 86 e 87 que as favelas aumentaram sensivelmente em todo o País, e verificamos que isto reacontecerá muito em breve.

Outro aspecto a ser considerado, é o do inquilino ter que comprometer boa parte do seu salário com o aluguel, ele jamais terá condições de poupar para adquirir a sua casa própria, nem mesmo de economizar uma parca quantia para dar entrada num imóvel financiado, mesmo que esse direito esteja garantido no Artigo 23, da Constituição Federal, no inciso IX:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Diante do exposto, o signatário deste, sugere que o texto da lei n. 7.081 seja imediatamente revisado de forma tal, que possibilite ao inquilino o pagamento de seu aluguel e que não prejudique o proprietário do imóvel ou, em suma, que se elabore uma lei mais justa e digna para o trabalhador paranaense e brasileiro.

REQUERIMENTO N° 1606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Povo pelo Editorial de 14.08.89, intitulando "Redescobrimdo o Potencial Agrícola".

REQUER, ainda, que a matéria em anexo, seja inserida nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, bem como seja dada ciência ao Jornal em referência.

Sala das Sessões, em 15.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 199/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de VENTANIA, com território desmembrado do Município de Tibagi, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica:

"A linha perimetral do Município de VENTANIA, tem início em um ponto de partida, na foz do Rio Preto com o Rio do Peixe ou Laranjinha; por este acima dividido com o Município de Ibaiti até a foz do Arroio do Vinho, pelo mesmo Rio do Peixe ou Laranjinha, dividindo com o Município de Arapoti até a sua nascente. Por uma linha seca até a nascente do arroio Quebra Perna. Por este abaixo dividindo com o Município de Piraí do Sul até a sua foz no Rio Fortaleza, por este abaixo até a foz do Arroio da Água Fria, onde termina a divisa de Piraí do Sul, pelo mesmo Rio Fortaleza, dividindo com Tibagi até a foz do Rio Vora. Por este acima até a divisa da Fazenda Fortaleza com as Fazendas Marques, por este até o Rio Paisqueira, onde termina a divisa com o Município de Telêmaco Borba pelo mesmo Paisqueira acima até sua nascente, por uma linha seca até a nascente do Rio Jaguatirica, por este abaixo até a sua foz no Rio Alegre. Por este acima até o ponto que o mesmo deixa de ser divisa da Fazenda Monte Alegre. Por uma linha seca até o Ribeirão do Perusso onde inicia a divisa com o Município de Curitiba, pelo mesmo abaixo até a sua foz no Rio do Engano. Por este abaixo até sua foz no Rio Preto.

Por este abaixo até sua foz no Rio Peixe ou Laranjinha no ponto de partida da linha perimetral".

Parágrafo Único - A área territorial urbana da sede do Município de VENTANIA, criado pelo presente projeto de lei obedecerá as divisas que especifica, conforme Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Município, abaixo:

"Tem como ponto inicial e final o Marco 0 P.P. na margem da Rodovia BR-153 a

37° 30' NO, segue pela referida Rodovia, passando pelo Marco 3, às margens da Estrada de Ferro, seguindo pela Rodovia BR-153 até o Marco 6, por linha reta e seca, cruzando a Estrada do Cerne, passando pelos Marcos 9 e 12 até o 13, por linha reta e seca até o Marco 15, nos fundos do Cemitério, por linha reta e seca até o Marco 20, daí por linha reta e seca, cruzando a Estrada de Ferro e a Estrada do Cerne, na saída de Pirai do Sul, passando pelo Marco 21 até o Marco 22, daí, por linha reta e seca, rumo a Oeste, até o Marco 23, daí por linha reta e seca, rumo Norte, cruzando a Estrada para Telêmaco Borba até o Marco 25, daí por linha reta e seca, rumo Noroeste até o Marco 26, daí em linha reta e seca até o Marco 0 P.P., na margem da Rodovia BR-153, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.89

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo a elevação do Distrito de VENTANIA, situado no Município de Tibagi, Estado do Paraná, à categoria de MUNICÍPIO, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar à Constituição do Estado do Paraná de nº 27/86, dita "Lei Orgânica dos Municípios" e Lei Complementar nº 01/67.

O Município que se pretende criar, reúne, assim, todas as condições que a legislação exige, quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma, e mais do que isso, criar mecanismos que a coloquem em posição de transformar-se em pólo de desenvolvimento da Região.

Tais perspectivas, advêm de fatores que vem contribuindo para que Ventania constitua-se numa promissora potência municipal, dada a sua pujança econômica, calcada, por excelência na agricultura, mais propriamente na produção das melhores sementes de trigo e soja do Estado, a par de outras culturas, da produção na área da sylvicultura, da sericultura e da pecuária.

Outro aspecto a ressaltar, é o fato de constituir-se no maior entroncamento rodoviário do Estado, com ligações asfálticas para todos os lados do País, e, como atividade agropecuária, indústria e extração de madeira (Pinus), absorvendo a mão-de-obra do Município.

Este desenvolvimento é o produto do esforço conjunto povo-governo e que hoje culmina com o propósito maior da comunidade, em conjunto com representantes políticos de TIBAGI, ao qual pertencem, tanto às administrações anteriores quanto as atuais, firmando em documentos que a este juntamos, na concordância plena pela eman-

cipação política de VENTANIA, conquista essa que, seguramente, será a bandeira de luta para o crescimento do Município e da melhoria da qualidade de vida da comunidade, como um todo.

Criado pela Lei Estadual nº 93, de 14 de setembro de 1948, publicado pelo Diário Oficial nº 166, de 16.09.48 e instalado aos 30 dias de janeiro de 1949, portanto contando com mais de 40 anos, apresenta Ventania uma população de aproximadamente 11 mil habitantes para 4.000 eleitores.

Quanto à infra-estrutura, dispõe de uma considerável rede pelo transporte rodoviário para todo o Estado, com conexão para todo o País; é servida por sistema de Águas Encanada, com captação e distribuição pela Prefeitura, inclusive para abastecimento a Núcleos Habitacionais, num total de 520 moradias e energia elétrica (COPEL).

No que consiste à área comercial, possui aproximadamente 80 casas comerciais, entre estas estão incluídas as de prestação de serviços; 1 armazém geral, 80 barracões para a criação do bicho da seda, 1 Posto Avançado do Banestado, 1 Cartório de Registro Civil, Casamentos e Anexos, 1 Posto Avançado de Cooperativismo, além de outros setores como: Órgãos Públicos - Rede Escolar, Órgãos Representantes da Administração Pública Estadual e Federal e demais benfeitorias necessárias.

Diante do exposto, é notória a sua auto suficiência, dada a expressiva representatividade como Distrito contribuinte do processo de desenvolvimento sócio-econômico do Município de Tibagi, e por extensão, do Paraná.

Preenchendo as condições legais e dispondo de recursos próprios para dar suprimento as suas atividades administrativas, é de justiça e de direito que o Distrito de VENTANIA seja elevado à categoria de MUNICÍPIO, desatrelando-se do Município de Tibagi, até que virá configurar-se da maior importância, particularmente por expressar a vontade do povo, de lideranças locais e Regionais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há pouco, conversando com o Deputado Acyr Mezzadri, ele alertava para a situação em que nós estamos vivendo e para a total falta de senso das próprias autoridades em relação ao "agir" no cumprimento da lei. O que está ocorrendo, por exemplo, no Estado do Paraná, com estes tais de "bingões" que se fazem em estádios de futebol é uma barbari-

dade! Porque é uma contravenção penal, é um jogo de azar, está na legislação. E a Secretaria da Segurança não existe para isso. A polícia federal não toma providências. Numa crise sem precedentes a que estamos vivendo, aqui no Brasil, é que as pessoas, desesperadamente, procuram até alternativas neste imenso jogo de azar que se tornou este País. E isto ocorre escandalosamente. Eu lembro que antigamente tentavam fazer "bingões" efetivamente beneficentes, definitivamente beneficentes, eram os maiores problemas. Era o artigo "y, x, d e h". Hoje nós assistimos a esta ojeriza desses "bingões" espalhados por todo o Estado do Paraná. Milhares de pessoas atrás da sorte, atrás de tentar conseguir um automóvel ou um apartamento, deixando dinheiro nas mãos ninguém sabe de quem. Este verdadeiro vendaval.

E onde estão as autoridades? Onde é que está a Secretaria de Segurança do Governo do Estado? Tão preocupado em aplicar a lei, em conduzir as negociações, Governo forte, que não negocia com funcionários públicos em greve, Governo que manda apurar, que manda prender funcionários públicos, como é que faz? É este verdadeiro vendaval de "bingões" por tudo. É contravenção penal. O Estado tem responsabilidade. Eu não estou entrando, aqui, no mérito. Eu estou entrando é no cumprimento da lei. Porque se o Estado se omite no cumprimento da lei, alguma coisa está ocorrendo. Ou o Estado está conivente ou as autoridades estão concordando ou realmente chegamos num estado de coisas de tal forma que virou a "casa da sogra". Todo mundo faz o que bem entende e as coisas continuam desta forma.

Eu gostaria de dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a decisão do Deputado Acyr Mezzadri de começar a recolher assinaturas para estabelecer uma Comissão Parlamentar no sentido de saber com critérios como é que isto está se processando, é uma idéia muito importante e que merece o nosso apoio.

Para concluir, gostaria de dizer que fiz um pedido de informação ao Banestado sobre o possível envolvimento do mesmo com o megaespeculador Naji Nahas. Fontes dizem que o Banestado chegou a financiar 30 milhões de dólares para algumas corretoras ligadas ao senhor Naji Nahas. E a resposta que me veio do Banestado não é uma resposta convincente. É uma resposta dúbia, admite que o Banco possa ter negociado, mas garante que não foi com Naji Nahas, mas que pode ter negociado com a corretora da qual ele seria sócio e estas coisas todas. Eu gostaria até de falar com as lideranças da Assembléia Legislativa, inclusive com a Liderança do PMDB. Com a Liderança do PMDB! E com as lideranças de Oposição, in-

clusive agora a do PFL; a do PFL e do PMDB, principalmente. E também com as demais lideranças, dos demais partidos, porque entendo que é necessário uma reunião de lideranças para nós sabermos se devemos ou não estabelecer uma comissão geral, aqui na Assembléia, para, com auditores, irmos à Corretora Banestado, levantar papel por papel. Governo transparente é isso aí. Não há dúvida. Se o Banco tem ou não tem esta participação, se financiou ou não financiou. Dizem que o Banco financiou e pegou ações da Petrobrás, pelo dobro que valia. Acontece que de oito caiu para dois cruzados, depois do escândalo da bolsa. Eu estou falando no condicional, teria ocorrido um prejuízo.

Agora, esta minha preocupação se vale, principalmente, depois do ofício que recebi do Banestado. É um ofício que não conclui, é dúvida e senti que ali alguma coisa tem.

Então, gostaria de propor às Lideranças, no decorrer desta semana, uma reunião para estabelecermos uma comissão geral com uma auditoria, entrarmos no Banestado Corretora e examinarmos os papéis. Examinarmos com cuidado; verificarmos e, até quem sabe, darmos aí um atestado de boa conduta para o Banco do Estado do Paraná.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado e inclito militar, Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado pela deferência Presidente.

Nós vamos abordar alguma coisa que nesta tribuna fizemos alguns comentários a respeito da necessidade da Legislação Penal e a Lei de Execuções Penais nesses "brasis" serem alteradas, serem mudadas face ao que elas vêm oferecendo em termos de resultado a toda nossa comunidade brasileira.

E eu me congratulo com o Senhor Ministro da Justiça, atual, Saulo Ramos, pelas declarações que ele prestou ao Brasil nestas últimas horas.

Vejam vocês que ele, naturalmente preocupado com o índice de violência que grassa nesses "brasis", e, em especial ao crime de seqüestro, ele procurou e, dando uma certa ênfase disse: "É preciso mudar indiscutivelmente e para tal solicito ao Congresso Nacional que alguma coisa seja feita no sentido de mudar a Legislação Penal, pois a continuar como está não é possível e nós vamos de encontro a uma gama de violência que não teremos condições de conter.

"Se nós revermos o processo e voltarmos alguns meses atrás, vamos alinhar três Ministros da Justiça que neste Governo ainda tentaram fazer alguma coisa, e nada, em absoluto, procuraram desenvolver".

As palavras do atual Ministro vão pôr para quebrar e, tomara que ponha mesmo para que nós possamos, indiscutivelmente trazer um pouco de tranqüilidade e alento à nossa comunidade.

Lembro-me do Ministro Paulo Brossard quando no combate à violência chamou à responsabilidade o Governo e seus pares para a necessidade de desenvolver um programa que ele assim denominou "mutirão contra a violência".

O mutirão tinha como finalidade arregimentar recursos no sentido de assessorar os governos de estado naquilo que diz respeito ao apoio material. O apoio não veio de todo, de forma satisfatória aos estados que realmente necessitavam e perdeu-se no tempo.

Veio o Ministro Correia e procurou dar continuidade ao programa, mas o programa também não saiu do chão.

E agora o Ministro Saulo Ramos, sensibilizado, pede e clama a toda a comunidade para que possamos, juntos, fazer alguma coisa neste sentido. Ele faz referência à Lei Fleury que é, indiscutivelmente, um absurdo; uma violência com que vem prestando essa Lei com aqueles que assim são beneficiados. E chama atenção para a Lei de Execuções Penais que dá como benefício ao preso, ao detento, certo valor na percentagem de dois por cento para que ele possa, ao cumprir determinada pena, gozá-la em liberdade vigiada. É um absurdo.

Militei nessa área por muitos anos e vi a barbaridade que ali ocorre, que ali existe quando determinados detentos saem e vêm à sociedade, praticam os mais hediondos crimes e voltam para aquela casa de recluso deixando transparecer que ali está um preso montando sobre esta estrutura que a Lei assim aprova, dá guarida, um alibi necessário.

Então, eu parabenizo, neste momento, Sua Excelência o Ministro da Justiça, e tomara Deus que ele ponha em execução o que ontem, com bastante ênfase, abordou, à unidade nacional.

Estão aí os seqüestradores, sediados, escondidos no nosso território, a criar um pânico tremendo e a exigir do sistema de segurança, um esforço extraordinário para capturar.

Tenho certeza, que com sorte, esses companheiros irão prende-los pelo hediondo crime que cometeram.

E, se nós observarmos, a cada dia, a cada semana, a cada mês, está aí, um seqüestro ocorrido em nossas capitais de Estado. Razão pela qual, companheiros, vim à

Tribuna, para fortalecer este momento maravilhoso, que Sua Excelência, naturalmente sensibilizado, chama à atenção de todos nós, brasileiros, e em especial de todos nós, políticos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez venho a esta tribuna, para dizer que lamento profundamente que, até agora, nós não tenhamos tido a devida compreensão por parte do Governo do Estado, no que diz respeito à greve da polícia civil.

Nós teremos, nos próximos dias, o aniversário do massacre ocorrido defronte a esta Casa, defronte ao Palácio do Governo, em que foram vítimas professores, pais de alunos e até Deputados desta Casa. Triste episódio de agosto de 88, que, lamentavelmente, ficou marcado, no Paraná, a nível nacional.

E ainda ontem, num dos debates da televisão, um dos presidentiáveis falava que no seu Governo não havia usado a polícia e nem bombas contra os professores, e aqui no Paraná isto aconteceu!

A polícia civil continua parada, principalmente aqui em Curitiba, muito embora no Interior do Estado alguns municípios estejam trabalhando normalmente.

Ocorre que, está marcado para amanhã uma passeata; ontem já aconteceu uma, até defronte o prédio da Diretoria da Polícia Civil, na Barão do Rio Branco, e depois uma Assembléia na Câmara de Vereadores.

Está programado para amanhã uma passeata até esta Casa e até o Palácio do Governo. Nós só esperamos que não se repriem os fatos ocorridos em agosto que envolveram os professores.

E lamentamos que, mais uma vez, o Governador venha a público e diga que não negocia com grevistas. Ora, se não há negócios com grevistas não há como sair desse impasse, porque a classe policial, todos nós sabemos, e especialmente os Deputados de Interior sabem das dificuldades dos Delegados, dos policiais de modo geral, para dar segurança nos seus municípios. É Delegado tendo de tirar de seu bolso, tendo de usar o seu veículo, tendo de andar de chapéu na mão, pedindo para o Prefeito para ceder gasolina, para arrumar a Delegacia, para comprar comida para preso.

Este é um quadro geral, que nós já presenciemos e todo mundo sabe que realmente acontece, mas o Governo, lamentavelmente, parece não ouvir essas lamentações.

Então, é preciso, Senhores Deputados,

que nós coloquemos um fim a este impasse, de uma vez por todas! Nós temos visto, em que pese todo o bom desempenho da Polícia Militar, o índice de criminalidade aumentando em Curitiba, especialmente no crime contra o patrimônio, no roubo de veículo que tem sido uma constante em Curitiba, um aumento extraordinário do roubo de automóveis na Capital do Estado; falta policiamento, e a Polícia Militar não é suficiente para isso. Por isso, mais uma vez, o nosso apelo!

E a mesmo tempo, queremos aqui fazer coro ao que disse o Deputado Paulo Furiatti. É lamentável, num Estado onde o "bicho" já foi oficializado pelo próprio Governo, agora se oficializa o "bingo", para clubes profissionais.

Que o bingo exista para entidades filantrópicas, para creches, centros de saúde, para escolas poderem sobreviver porque o poder público não tem condições suficientes para isso, tudo bem.

Agora, o futebol profissional, que é um futebol mercenário, que é um futebol que os cartolas ganham dinheiro na transação de jogadores, onde os jogadores são pagos com salários extraordinários, não se pode admitir que os clubes profissionais se utilizem de entidades filantrópicas dando importância irrisória para essas entidades, e eles embolsando o bolo maior.

Não sei se há um dinheiro que é repassado ao Governo do Estado, não sei se isto existe ou não existe, a verdade é a seguinte: que a Secretaria da Segurança Pública está sendo omissa nesse sentido. É uma contravenção e como tal ela tem que ser combatida, a exemplo do jogo do bicho. Nós não podemos admitir esse estado de coisas.

Primeiro o Coritiba, o Atlético chiou, denunciou o Coritiba, a Secretaria da Segurança ficou impotente diante daquela denúncia, depois fizeram um acerto, o Atlético fez o bingo dele, agora o Coritiba também vai fazer o seu.

Qualquer dia, nós Parlamentares vamos também promover um bingo. Ora, por que não? Neste Paraná tudo pode. Contravenção aqui é coisa legal. Então vamos nós parlamentares, promover um bingo aqui para distribuir verba de assistência social àqueles que nos procuram aqui na Assembléia.

Então é preciso que uma posição seja tomada. E quero cumprimentar o Deputado Furiatti e vamos realmente, se for o caso, abrimos aqui uma CPI para que seja apurado o que é que o Governo está levando em contrapartida para fazer vistas grossas aos bingos que se realizam todos os fins de semana em Curitiba, nos clubes profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Gran-

de Expediente o Deputado Pedro Tonelli ~~de~~ ^{de} sistes da palavra. No horário das lideranças, com a palavra o PT.

(Declina).

Com a palavra o PDT.

(Declina).

Com a palavra o PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Gostaria de fazer rapidamente nesta tarde um registro do que penso acerca da apresentação da emenda do Deputado Ziza Valadares, de Minas Gerais. Apresentou Sua Excelência emenda à Constituição Federal, definindo, estabelecendo dois terços dos subsídios do Deputado Federal para os deputados estaduais.

Eu pretendia, nesta oportunidade, apresentar uma moção de solidariedade ao Deputado Ziza Valadares, pela oportunidade da emenda. Porque não se fala outra coisa no Brasil, e no Paraná, evidentemente, de que o deputado é "Marajá", de que ele ganha demais, de que ele é corrupto, de que é ilegal, e já aborrece.

E numa boa hora a Câmara Federal, que teria que mudar não só dispositivo acerca de subsídio de deputado estadual, porque a culpa é dos congressistas que deixaram na nossa Constituição Federal "Competência das Assembléias Legislativas estabelecerem o seu subsídio", o que é um absurdo, e agora o Deputado Ziza Valadares, "Salvador da Pátria", apresenta emenda nesse sentido.

Tive a precaução de telefonar a Brasília, para conhecer o inteiro teor da emenda do ilustre Deputado.

E para espanto deste Deputado, a emenda proposta pelo ilustre Deputado Federal, visa tão somente, que os deputados estaduais percebam dois terços do que ganham os deputados federais em espécie.

E depois, parece-me que acresce ao artigo um parágrafo dizendo que sob nenhum outro título o Deputado Estadual poderá receber de sua Assembléia Legislativa.

Lamentavelmente de voto de solidariedade, de uma manifestação de congratulação que devia apresentar nesta oportunidade ao deputado, porque já em boa hora alguém na Câmara Federal deveria até a algum tempo mais ter apresentado coisa semelhante. E ainda o Deputado, no programa do "Bom Dia Brasil" desta semana, referiu-se a subsídios de vereadores e de prefeitos e deu como exemplo um Prefeito da cidade de Minas Gerais, que estaria recebendo de subsídios vinte mil cruzados, mais vinte de representação; mas a emenda do ilustre Deputado não diz nada sobre Prefeito e Vereadores. Mas, fica o

meu registro lamentando que, embora da oportunidade, mas uma emenda demagógica e que não acerta coisíssima alguma. E esse Deputado ainda permitiu-se a telefonar para alguns Deputados do Paraná sugerindo uma emenda, uma subemenda à emenda do Deputado.

Todos nós queremos regularizar; é constrangedor. Não voltarei mais nesse assunto; pretendo nesta Legislatura constrangedora a nós falar dos nossos subsídios, do que nós recebemos. Estou aqui nesta Casa há vinte anos; Se tenho algum pequeno patrimônio não foi com subsídios; foi com economia, com o meu trabalho, com alguns negócios que fiz; e trabalho da manhã à noite, estudando também à noite. Não pretendo voltar mais a esse assunto, eu repito; é constrangedor para mim. Quem sabe será a hora muito oportuna uma subemenda à emenda do Deputado Federal Ziza Valadares e dizendo de maneira muito fácil de se ler, de entendimento para todos nós, que o Deputado Estadual recebe 2/3 do que recebe o Deputado Federal, de fácil entendimento, de fácil leitura, que o Deputado Estadual passará a perceber 2/3 do que percebe o Deputado Federal. Tudo bem! Mas Sua Excelência achou de acrescentar parágrafos e colocando em espécie, quer dizer, tornando as coisas ainda mais difíceis do que elas estão. Fica, então, Senhores Deputados, e Senhor Presidente, um registro que faço, que embora achando a oportunidade agora, que foi infeliz a emenda do Deputado. Provavelmente surja alguém que apresente alguma sugestão de subemenda para melhorar a redação e pôr um ponto final a esse assunto que já cansa os ouvidos.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a LIDERANÇA DO PTB.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PRN.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PTN.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PL.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PRP.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PSDB.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PDC.
(DECLINA)
Com a palavra a Liderança do PMDB.
Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão, nobre Líder do Governo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Cumpra-me neste momento fazer alguns esclarecimentos com relação aos pronunciamentos do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Paulo Furlatti.

Infelizmente, nesta Casa existem Deputados que criticam pelo prazer de criticar, vêm criticar de forma absurda a realização de bingos efetuados por nossos clubes de futebol, atacando o Secretário da Segurança, a Secretaria da Segurança, falando em desleixo do Senhor Secretário da Segurança, porque é contravenção e porque esses bingos não devem ser realizados. Daqui a pouco a Assembléia estaria realizando um bingo. Ora! Nós sabemos que esses bingos, embora possam ser considerados contravenção, vêm auxiliando sobremaneira os nossos clubes de futebol, clubes que são a paixão de milhares de paranaenses, principalmente aqueles que menores chances têm de ir a um teatro, a um cinema, mas que, religiosamente aos domingos, vão aos campos de futebol torcerem por seus clubes. E afirmar...

O SR. ALGACI TÚLIO - Concede-me um aparte?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Em seguida, Sr. Deputado.

E afirmar que não existe participação de entidades sociais nesses bingos é desconhecer a verdade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite-me um aparte?
Ninguém disse que não existe participação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Nós sabemos que só o bingo do Curitiba Futebol Clube transferiu a Casa de Apoio à Criança Cancerosa mais de cem mil cruzados novos.

O SR. PAULO FURLATTI - Quanto rendeu?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O bingo do Atlético, da mesma forma.

O que rendeu não interessa. Eu não quero dizer que os clubes não obtêm lucro. É claro que obtêm grandes lucros, e têm que obter, têm que obter, porque eles têm que sustentar os seus profissionais.

O SR. PAULO FURLATTI - É uma atividade legal?

O SR. ALGACI TÚLIO - É legal, Deputado?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu gostaria que Vossas Excelências me permitissem dar continuidade ao meu pronunciamento, já que tiveram o seu tempo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência concede-me um pequeno aparte?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pois não, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pois é evidente

que os clubes têm que ter lucro com a realização dos bingos, porque eles também correm o risco de ter o prejuízo, é um jogo. Quem desconhece o jogo é por má-fé ou ignorância. Tem que ter lucro, porque é o risco do negócio. Eles têm que comprar os prêmios, pagar à vista, e sorteá-los.

Se não venderem as cartelas suficientes, terão prejuízo.

Então, é um jogo; quem entra neste jogo é para perder ou ganhar.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Perfeitamente, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite-me um aparte agora, Deputado? Foi permitido ao Deputado Erondy Silvério e vai permitir a mim.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Assim eu não vou conseguir dar andamento ao meu pronunciamento.

Vossas Excelências tiveram oportunidade de falar. Vossas Excelências estão nervosos e ansiosos e tiveram oportunidade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência não seguiu a ordem em questão de apartes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Que eu conclua o meu pensamento, para depois fazer os seus apartes.

Tiveram a oportunidade, eu sei. Ninguém os apartou mesmo porque não poderiam naquela oportunidade.

Mas, então nós vemos certos Deputados que vêm à Tribuna fazer críticas pelo simples prazer, como o Deputado Algaci Túlio. Deputados que vivem da crítica, que só sabem fazer isso, que não trabalham, não apresentam serviço à população, que vivem da crítica e se elegem criticando, ou seja aqui na Assembléia, ou seja em seus programas de rádio, só sabem criticar.

Infelizmente só sabem criticar.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Artigo 74, Parágrafo 5º do Regimento Interno: "Para apartear um colega deverá o Deputado solicitar-lhe permissão".

A Mesa pede que seja cumprido o dispositivo regimental.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sabem criticar e ainda ficam nervosos. Na hora de fazer críticas, eles querem ter a liberdade de falar e de dizer o que querem.

O SR. PAULO FURIATTI - Está falando mansinho o Deputado; estou com uma pena de Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - E agora pare-

ce-me que ficam histéricos para responder, querendo engolir o microfone.

Calma, Senhores Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI - Como está mansinho o Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Os policiais civis, o Governo negociou até onde pôde, mas o Governo tem o seu limite, pode chegar até um limite, Limite de um Governo sério, de um Governo honesto, como é o Governo do Álvaro Dias. Não adianta ficar assumindo compromissos com uma classe ou com outra e depois começar a atrasar o pagamento dos servidores públicos. Governo sério negocia até um ponto, até onde é possível, por isso, não podemos aceitar essas críticas venais dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Eu preciso esclarecer, Sr. Presidente, que o meu questionamento na tribuna foi pela legalidade do bingo: é ou não é contravenção penal. Ninguém disse que não repassa nada para entidades assistenciais, passa uma insignificância.

Agora, eu não posso admitir que o Deputado Artagão Mattos Leão, que é Deputado eleito lá por Guarapuava e não sei por onde, venha dizer que nós só sabemos fazer críticas. Nós sabemos fazer crítica e reconhecemos o trabalho que é bem feito. Agora, Vossa Excelência, nos últimos anos, depois que o PMDB assumiu, só sabe defender o Governo, só isso.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, triste do Parlamento que defende a ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 38/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº

38/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta o pagamento de pensão às viúvas de ex-Deputados Estaduais, de acordo com as normas legais vigentes.

Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Vossa Excelência colocou em votação o Projeto nº 38/89, não é?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto nº 38/89, quarto da pauta, primeira página.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Exatamente. Então, eu gostaria que Vossa Excelência submetesse à apreciação da Casa um requerimento de minha autoria, que se encontra sobre a Mesa, no sentido de sobrestar a emenda que estava enxada no referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi deferido ex-offício porque a emenda era de autoria de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 323/84, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca, no Município de Xambê, com divisas que especifica.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 323/84.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Xambê, o Distrito Administrativo de Casa Branca do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a ponte sobre o Rio Paracai, divisa intermunicipal com Umuarama, na Estrada Icaraima ou Galina; seguindo pela Estrada Icaraima ou Galina até o entroncamento com a Estrada Pavão, divisando com o Distrito de Pindorama do Oeste; pela Estrada Pavão, até a ponte sobre o Ribeirão Miriquina na divisa com o Distrito de Elisa; deste ponto, subindo o Ribeirão Miriquina até a foz do Córrego Mundéo, ainda divisando com o Distrito de Elisa; daí, pela divisa entre os lotes 84 (inclusive) e 85 (exclusive) até alcançar a Estrada Mirta; pela Estrada Mirta até a Estrada Walquíria, ainda na

Curitiba, terça, em 15.08.89

divisa com o Distrito de Elisa; seguindo pela Estrada Walquíria, até o seu entroncamento com a Estrada Abandonada; pela Estrada Abandonada, seguindo no sentido de Casa Branca do Oeste, até a divisa entre os lotes 622 (inclusive) e 621 (exclusive); seguindo pela divisa dos lotes, até a Estrada Mestre, na divisa distrital com Xambê; pela Estrada Mestre, até o seu cruzamento com a Estrada Caramuru; daí, pela Estrada Caramuru, até a ponte sobre o Córrego Caramuru, ainda divisando com Xambê; deste ponto, desce pelo Córrego Caramuru até a sua foz do Rio Paracai, na divisa intermunicipal com Umuarama; daí, descendo o Rio Paracai, até a ponte na Estrada Icaraima ou Galina."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE CASA BRANCA DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Estrada das Chácaras Oeste com a Estrada das Chácaras Norte; pela Estrada das Chácaras Norte até a Estrada das Chácaras Sul; pela Estrada das Chácaras Sul até a Estrada das Chácaras Oeste; pela Estrada das Chácaras Oeste até a Estrada das Chácaras Norte."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.08.89

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere o solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu desisto da solicitação

de verificação de votação.

DAVID CHERIEGATE
Relator

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, eu desisto da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ambas as
desistências acatadas.

O projeto está em votação. APROVADO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n°
324/84, de autoria do Deputado Nelson Vas-
concellos, que cria o Distrito Administra-
tivo de Pindorama, no Município de Xambê,
com divisa que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 324/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, no Município de
Xambê, o Distrito Administrativo de Pin-
dorama do Oeste, com sede na localidade do
mesmo nome e divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a
ponte sobre o Rio Paracá, divisa intermu-
nicipal com Umuarama, na Estrada Icaraíma
ou Galina; seguindo pela Estrada Icaraíma
ou Galina até o entroncamento com a Estrada
Pavão, divisando com o Distrito de Casa
Branca do Oeste; pela Estrada Pavão até a
ponte sobre o Ribeirão Miriquina; descendo
pelo Ribeirão Miriquina até a foz Córrego
Miriquina, ainda divisando com o Distrito
de Casa Branca do Oeste, subindo pelo Cór-
rego Miriquina até a ponte na Estrada Ma-
caúbas, divisando o Distrito de Elisa; pe-
la Estrada Macaúbas até o entroncamento
com a Estrada Mestre; daí, ainda divisando
com o Distrito de Elisa, segue pela Estrada
Mestre até o seu cruzamento com a Estrada
Dourados e depois pela Estrada Lontra, até
a ponte sobre o Rio Paracá, na divisa in-
termunicipal com Umuarama; daí, subindo o
Rio Paracá, até a ponte na Estrada Ica-
raíma ou Galina."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE PINDORAMA DO OESTE.

"Tem como ponto inicial e final o cru-
zamento da Estrada Lontra com a Estrada
Tupi; pela Estrada Tupi até a Estrada Cra-
vo; pela Estrada Cravo até a Estrada Sem
Nome; pela Estrada Sem Nome, passando pe-
los fundos das Quadras n°s 20, 11, 2 e 1
(todas inclusive), até a Estrada Lontra;
pela Estrada Lontra até o cruzamento com a
Estrada Tupi."

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação revogadas as dispo-
sições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.08.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n°
326/84, de autoria do Deputado Nelson Vas-
concellos, que cria o Distrito Administra-
tivo de Elisa no Município de Xambê, com
sede na localidade do mesmo nome e divisas
que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 326/84.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, no Município de
Xambê, o Distrito Administrativo de Eli-
sa, com sede na localidade do mesmo nome e
divisas seguintes:

"Tem como ponto inicial e final, a
ponte na Estrada Mestre sobre o Córrego
Cantinflas, na divisa distrital com Casa
Branca do Oeste e Xambê; deste ponto,
desce o Córrego Cantinflas até a foz do
Córrego Boa Vista; daí, subindo pelo Cór-
rego Boa Vista, até a foz do Córrego Ponta
Alta, ainda divisando com Xambê; pelo
Córrego Ponta Alta acima até a ponte na
Estrada Sátiro; pela Estrada Sátiro, ainda
divisando com o Distrito sede, até o en-
troncamento com a Estrada Cascata; deste
ponto, pela divisa entre os lotes 10 (ex-
clusive) e 154 (inclusive), até a cabecei-
ra do Ribeirão Cascata; daí, ainda divi-
sando com o distrito sede, desce o Ribe-
irão Cascata até o Rio Xambê, na divisa
intermunicipal com Iporã; pelo Rio Xambê,
até a ponte na Estrada Dourados, até o
cruzamento com a Estrada Mestre, na divisa
distrital com Pindorama do Oeste; pela Es-
trada Mestre até o entroncamento com a Es-
trada Macaúbas; pela Estrada Macaúbas, até
a ponte sobre o Córrego Miriquinha; pelo
Córrego Miriquinha abaixo, até a sua foz
no Ribeirão Miriquinha, divisando com o
Distrito de Casa Branca do Oeste; pelo Ri-
beirão Miriquinha acima, e depois pela di-
visa dos lotes 84 (exclusive) e 85 (inclu-
sive), até a Estrada Mirta; pela Estrada
Mirta, ainda divisando com o Distrito de
Casa Branca do Oeste, e depois pela Estrada
Walquíria, até o seu entroncamento com
a Estrada Abandonada; pela Estrada Abando-
nada, no sentido de Casa Branca do Oeste,
até a divisa entre os lotes 622 (exclusi-
ve) e 621 (inclusive); pela divisa dos lo-
tes, até a ponte sobre o Córrego Cantin-
flas, na Estrada Mestre, divisa distrital
com Casa Branca do Oeste e Xambê."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ELISA

"Tem como ponto inicial e final o en-
contro da Rua São Paulo com a Rua Minas
Gerais; pela Rua Minas Gerais até a Rua
Rio Grande do Sul; pela Rua Rio Grande do

Sul até a Rua Sem Nome; pela Rua Sem Nome até a Rua São Paulo, pela Rua São Paulo até a Rua Minas Gerais."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.08.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

consta o instrumento da desapropriação referida.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 046/89

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 46/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 26/89), que autoriza o Poder Executivo alinear a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELEIROSUL, uma área de terra situada no Município de Laranjeiras do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 46/89.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alinear a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELEIROSUL, através de desapropriação amigável, uma área de terras medindo 10.000m² (dez mil metros quadrados), sem benfeitorias, situada no quinhão 23, do bloco 11, do Imóvel Fazenda Laranjeiras, situada no Município de Laranjeiras do Sul e havida pelo Estado do Paraná conforme transcrição nº 5.160, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.89

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I. Através Mensagem nº 026/89 de 07.03.89, propõe o Senhor Governador Álvaro Dias, projeto de lei em que o Poder Executivo fica autorizado, mediante prévia avaliação, alienar à ELEIROSUL, através de desapropriação amigável uma área de terras medindo 10.000 m², da Fazenda Laranjeiras, no Município de Laranjeiras do Sul.

II. O objetivo está explícito na própria mensagem e visa regularizar área já utilizada pela ELEIROSUL, o projeto está conforme os dispositivos constitucionais e legais e o parecer da Procuradoria recomenda que a "cifra constante do instrumento de desapropriação amigável merece ser atualizado".

Concordamos com o parecer e o adotamos, embora no presente plano de lei não

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, mensagem Governamental nº 26/89, objetiva autorizar o Executivo Estadual, mediante prévia avaliação, alienar à ELEIROSUL, através de desapropriação amigável, uma área de terra, medindo 10.000m², da fazenda Laranjeiras, no Município de Laranjeiras do Sul.

Configurado o domínio do Estado do Paraná sobre a área em tela, fundamentado no Art. 21, VIII, C, da Constituição do Estado, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, opina FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO, nada encontrando que possa impedir a devida autorização desta Casa Legislativa para a existência, válida e eficaz da alienação em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.89

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

JOSÉ FELINTO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 49/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 32/89) que objetiva dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 7.766, de 11 de novembro de 1983, através da qual o Poder Executivo doa ao Município de Itambé um imóvel para a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 49/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 7.766, de 11 de novembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. O imóvel de que trata este artigo, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade e será exclusivamente destinado à construção de um hospital, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.89.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 049/89

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Através do presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, pretende-se alteração na Lei nº 7766/83, prevendo nova utilização do imóvel doado, conforme determina as razões em anexo.

Assim sendo, tendo em vista que não há preceito constitucional e legal violado, o nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação.

Sala das Comissões, em 16.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 49/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 32/89, o projeto de lei em pauta objetiva dar nova redação ao Parágrafo Único, do Artigo 1º da Lei Nº 7.766 de 11/11/83, através do qual o Poder Executivo doa ao Município de Itambé um imóvel para a construção do Asilo São Vicente de Paulo.

Nos planos constitucional e legal existem preceitos violados, vindo a Comissão de Constituição e Justiça a se pronunciar FAVORAVELMENTE pela matéria ora em análise.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno desta casa, vem a dar parecer FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO da presente proposta, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Nestas condições, o parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO em plenário.

É o PARECER.

Sala das Comissões em, 07.06.89.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

NELSON VASCONCELLOS

Relator

Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

O Projeto n. 46/89 teve preferência?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Já foi aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Obrigado, Excelência

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que altera a Lei n. 8.679, de 22 de dezembro de 1987. (Autoriza ao Poder Executivo a proceder, na forma que especifica, permuta de imóveis com o Município de Londrina). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 67/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - No art. 1º da Lei n. 8.679 de 22 de dezembro de 1987, na descrição do imóvel da "Área B", onde se lê "...escritura pública de doação transcrita sob n. 7.894, no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício, desta Comarca",leia-se ... "escritura pública de doação transcrita sob n. 7.849, no Cartório de Registro de Imóveis no 2º ofício, desta Comarca", ...

Parágrafo Único - Ficam mantidos os demais dispositivos da Lei n. 8.679 de 22 de dezembro de 1987.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 22 de dezembro de 1987, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) HOMERO OGUIDO e

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Constata-se no Projeto de Lei n. 370/87 que originou a Lei n. 8.679/87, lapso de redação, pois a transcrição do final do número da escritura pública de doação no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Londrina, constou sob n. 7.894 quando o documento do Cartório e a Lei 4.011 de 04 de novembro de 1987, do município de Londrina, republicada em dezesseis de dezembro de 1988 na Folha de Londrina, é 7.849 e não como constou na Lei citada.

Tomamos a liberdade de anexar ao presente, cópia da Lei n. 4.011 e do Registro de Imóveis em que foi registrado o imóvel em questão, para que não paire dúvidas quanto à interpretação do mesmo.

Esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, para corrigir a Lei n. 8.769 de 22 de dezembro de 1987.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 67/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Altera a Lei n. 8.679, de 22 de dezembro de 1987. (Autoriza o Poder Executivo a proceder, na forma que especifica, permuta de imóveis com o município de Londrina).

A referida alteração se faz necessária, em decorrência de um lapso de redação no Projeto de Lei n. 370/87 que originou a presente lei, visto que a transcrição do final do número da escritura pública de doação, constou sob o n. 7894, quando o documento do Cartório de Registro de Imóveis e a Lei n. 4.011 de 04.11.87, do Município de Londrina, republicada em 16.12.88 e 7894 e não a transcrição feita na Lei n. 8.679.

Podemos comprovar o erro através de cópias anexadas ao projeto, da Lei n. 4011 e do Registro de Imóveis no qual o imóvel em questão foi registrado.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, entende que inexistem óbices de natureza legal, constitucional ou regimental, que possam prejudicar o trâmite normal desta proposta, pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 104/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o título de Cidadã Benemerita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N: 104/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É concedido o Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A Pastora Odá de Castro Pessanha é uma das notáveis personalidades nas áreas religiosa e social.

Com seu desempenho vibrante na prega-

Curitiba, terça, em 15.08.89

ção do evangelho e com sua consagração lidera a 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, com mais de 2000 membros, e milhares de brasileiros, como integrante do Conselho Nacional de Diretores da referida organização, uma das mais expressivas da nação.

A pastora Odá, nascida em Curitiba em 08 de janeiro de 1933, filha do inesquecível Reverendo Mariano Rodrigues de Castro, desde a sua juventude, tem sido um exemplo de fé no enfrentar desafios.

Em 1964 assumiu a função de co-pastor da 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular, exercendo-a até 1.970, atuando primeiramente ao lado de seu pai, mais tarde do seu irmão Reverendo Raul Rodrigues de Castro.

No ano de 1970, assumiu a titularidade daquela obra, tendo construído no bairro Água Verde um dos mais belos e maiores templos da Capital do Estado.

Além disso, exerceu com invulgar brilhantismo, de 1970 à 1972 a função de coordenadora nacional dos Grupos Missionários de Senhoras da Igreja do Evangelho Quadrangular e de 1968 a 1982 o Magistério, como Professora Titular do Instituto Bíblico Quadrangular, em Curitiba.

Voltada à busca e à apresentação de soluções, não somente em particular ou em recintos em que reúnem algumas ou milhares de pessoas, ergue sua voz pastoral, mas também, através do rádio, sendo o programa que dirige um dos de maior audiência.

Muito poderia ser acrescentado nesta justificativa, diante dos inúmeros e notórios feitos de sua vida. O exposto, porém, já demonstra o grande valor da mulher que merece o reconhecimento do seu Estado, com a concessão do Título ora proposto.

O Município de Curitiba, aliás, já a agraciou com o Prêmio de Curitiba "pelo destaque alcançado no ano de 1986", por iniciativa do então vereador Santiago Losso, conforme Lei n. 6977 de 21 de abril de 1.987.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 104/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade conceder o Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa impedir sua normal tramitação por esta colenda Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 09.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MOACYR CASTANHO, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 116/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho", com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, fundada no ano de 1988, é uma entidade sem fins lucrativos, onde desde o período de sua existência, vem prestando relevantes serviços a comunidade bandeirantense.

Referida associação tem como objetivo principal, desenvolver aprimoradamente a qualidade educacional aos alunos, bem como prestar assistência aos mesmos em conjunto a família e a comunidade.

Tendo em vista que as APMs são entidades de real valor junto ao desenvolvimento cultural das escolas, podemos dizer que, se faz necessário declará-las de Utilidade Pública, uma vez que, muitas delas em sua grande maioria são mantidas pela própria comunidade local, as quais em geral não dispõem de condições suficientes para manutenção das mesmas.

Assim sendo, colocamos referido projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando pela aprovação do mesmo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 116/89

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela, o presente plano de lei declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, com sede e foro no

Município de Bandeirantes.

De acordo com a justificativa apresentada, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que vem prestando serviços relevantes à comunidade bandeirantense.

No plano legal, o processado encontra apoio na Lei n. 6.994/78, a qual estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívicas, Associações e Fundações constituídas no Estado, e dá outras providências.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar de conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que inexistem óbices de natureza legal, constitucional ou regimental que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAUL LOPES

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Velhice de Paraíso do Norte", com sede e foro no Município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 119/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o RECANTO DA VELHICE DE PARAÍSO DO NORTE - REVEPAR - com sede e foro no Município de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro no Município de Paraíso do Norte, com a denominação de recanto da Velhice de Paraíso do Norte.

Tal entidade, tem um caráter cívico, religioso, filantrópico e educativo, sem fins lucrativos e de extrema importância para toda coletividade de Paraíso do Norte.

Além dos acima citados objetivos, o Recanto da Velhice, pretende ainda a moradia gratuita a famílias necessitadas; encaminhar a trabalho adequado os elementos

válidos, combatendo assim caridosamente a ociosidade e o vício.

A pretensão do presente plano de lei, fundamenta-se no grande número de pessoas idosas necessitadas do amparo dos seus semelhantes. Tal entidade tem exatamente este objetivo, e para que o mesmo possa ser alcançado, necessita contar com o apoio dos recursos estaduais.

Portanto, submetemos o presente plano de lei à apreciação de nossos Nobres Pais, solicitando ao final a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I - O ilustre Parlamentar, propõe seja declarada de Utilidade Pública, o "Recanto da Velhice de Paraíso do Norte. REVEPAR" com sede e foro no Município de Paraíso do Norte.

II - A entidade tem por princípios e objetivos, dar moradia gratuita às famílias necessitadas e encaminhar a trabalho adequado os elementos válidos, combatendo caridosamente a ociosidade e o vício, conforme se infere dos seus Estatutos Sociais.

III - Parecer favorável, pela aprovação, posto que, nada contraria as leis pertinentes e a Constituição.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 124/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDOS DE PSICODRAMA INFANTIL DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 124/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDOS DE PSICODRAMA INFANTIL DO ESTADO DO PARANÁ, do Município de Curitiba/ PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade, presta serviços comunitários de maior interesse para o Município.

Portanto, nada mais justo que a mesma seja reconhecida de Utilidade Pública, para receber verbas do Governo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 124/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Felinto, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Psicodrama Infantil do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 30/89, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que denomina Deputado Leovegildo Salles, o auditório "b" do Edifício Tancredo Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 30/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica denominado DEPUTADO LEOVEGILDO SALLES, Auditório "B" do Edifício Tancredo Neves.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.89

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Leovegildo Salles nasceu na cidade de Carlópolis em 02 de abril de 1912, no Paraná. Filho de Benedito Salles e de Dona Belmira Pereira Salles. Realizou seus estudos em sua cidade natal.

Exerceu os seguintes cargos: Delegado do Censo de 1940, Prefeito Municipal de Carlópolis por duas vezes, presidente da Junta de Alistamento Militar. Dedicou sua vida a agricultura e ao comércio.

Pertenceu ao Clube Recreativo Primavera e ao Carlópolis Futebol Club, dos quais era sócio fundador. Dentre as suas ações filantrópicas, acha-se a fundação do Hospital de Caridade Bom Jesus, obra de sua iniciativa.

No mandato de Deputado Estadual, integrou várias Comissões e participou como membro Titular da Comissão Parlamentar de

Inquérito para apurar possível irregularidade na Secretaria de Segurança Pública.

Pela justeza de nossa proposta, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Colenda Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 30/89

P A R E C E R:

A matéria ora em exame, de autoria do nobre Deputado, Tadeu Lúcio Machado, visa denominar "Deputado Leovegildo Salles", o auditório "B" do Edifício Tancredo Neves.

A iniciativa é de inestimável valor, uma vez que presta "Ad Perpetuam Memoriam", uma homenagem a quem pela ação profícua tanto deu a esta Augusta Casa de Leis.

Por tais razões, e não existindo óbice algum para a perfeita tramitação da matéria ora em epígrafe, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação do presente projeto de resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

Sobre a Mesa, requerimento de n. 1604, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1611, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1612, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1616, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1603, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1605, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1606, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 1607, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1608, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1609, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1613, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1610, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1615, de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1614, de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1617, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1620, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1621, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 16, às 15:00 horas para Outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Jabur Abdala.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 46, 49, 67, 104, 116, 119 e 124/89.

e do Projeto de Resolução n. 30/89

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 256/87, 43, 101, 105, 112 e 113/89.

e dos Projetos de Resolução n°s 31 e 44/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 15 DE AGOSTO DE 1989.

REDESCOBRINDO O POTENCIAL AGRÍCOLA

A agricultura tem se revelado o "calcanhar de Aquiles" de diversos sistemas econômicos que teimam em desconhecer a realidade. Na União Soviética o Governo Gorbachev acaba de acenar para os camponeses das fazendas estatais com a oportunidade de pagamento dos excedentes de produção em dólar. A razão dessa aparente generosidade é que o regime soviético vinha gastando 8 bilhões de dólares anuais para importar alimentos dos Estados Unidos.

Na Argentina, sob o novo governo de Menem, os agricultores foram beneficiados com o reajuste cambial que decretou um dólar 54 vezes mais alto do que sob a presidência anterior de Alfonsín. Este, que teimava em manter o câmbio artificialmente baixo para as exportações agrícolas, enfrentou no final do mandato uma aguerrida oposição dos fazendeiros, os quais se apresentavam vítimas da política de confiscos e preços baixos. Em decorrência, a produção caiu, as exportações minguaram e a crise varreu Alfonsín e seus partidários do poder. Agora, reconciliado com o campo, Menem planeja elevar a produção de grãos de 27 para 70 milhões de toneladas anuais. Com fartura, espera, haverá mais estabilidade.

As políticas gerais dos países do Terceiro Mundo, fracassam porque seus governos querem financiar o desenvolvimento econômico global e o bem-estar prematuro através de impostos sobre a agricultura: diretamente, taxando a produção agrícola; ou indiretamente, mediante confiscos cambiais sobre a exportação de grãos ou tabelamento de preços de gêneros em níveis irreais.

Tais governos esquecem a lição da história: a Revolução Industrial foi antecedida por revoluções agrícolas em todos os países que "decolaram" para a produção fabril. Assim ocorreu na Inglaterra, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental em geral. Hoje, tais países continuam protegendo sua retaguarda do campo, por razões

de política territorial, proteção ecológica, tradição e por segurança. Veja-se o caso acima citado da União Soviética, que dependia de maciças importações de grãos de seu principal adversário político, os Estados Unidos. O argumento territorial se baseia em que grande parcela da população dos países desenvolvidos continua ligada à sua origem rural, ou trabalhando diretamente no campo ou morando em cidades de menos de 50 mil habitantes.

No Brasil de hoje, cuja produção chegou ao patamar de 70 milhões de toneladas anuais de grãos, o passo seguinte está sendo contido pela ausência de recursos de investimento e pela desatenção das autoridades ao quanto a agricultura representa de alavanca para o desenvolvimento. O paranaense Sebastião Rodrigues, que ora se afasta da diretoria do Banco do Brasil, confirma que o estabelecimento oficial não tem créditos para investimento, apenas para custeio. Mas o investimento é justamente a ferramenta de aumento da produtividade, ao permitir a compra de um trator que vai dar mais rendimento ao produtor; ao financiar a implantação de um secador de cereais que conserva a safra; ao facilitar a construção de terraços e curvas de nível que conservam o solo arável.

Há uma limitada alternativa, com a linha de 600 milhões de dólares aprovada para o Brasil pelo Banco Mundial, para aplicações em desenvolvimento rural e agroindustrial. Mas é pouco, como escasso se apresenta em geral o crédito agropecuário, neste ano.

O Paraná, que entra numa nova fase, após ter esgotado a fronteira física, vem cuidando seriamente de expandir a produtividade e renda de sua agricultura. Nas faixas férteis que se prestam à agricultura empresarial a ênfase está na proteção do potencial produtivo, através de programas de conservação dos recursos naturais, como as microbacias. Nas regiões de agricultura assistencial - como no Norte Pioneiro, Sudeste, Ribeira e Litoral - trata-se de recuperar a produção de base familiar e comunitária. Em ambas, o perfil se volta para a agroindústria: a transformação "in loco" da produção obtida é o meio universal de agregar renda à sociedade rural. O campo é parte do futuro.